

ELEIÇÃO Estadual

Vaga na Constituinte pode custar quase Cr\$ 3 bilhões

BRASILIA — Para tentar eleger-se Deputado Federal em novembro do próximo ano e ter direito a uma cadeira na Assembleia Nacional Constituinte, um candidato terá de gastar aproximadamente Cr\$ 2,8 bilhões em sua campanha. Essa quantia será consumida em propaganda, transporte, comícios, pagamento de cabos eleitorais, despesas de alistamento e até mesmo presentes diversos ao eleitor, que vão desde bolsas-de-estudo a pneus de bicicleta. E já há até quem esteja se prevenindo contra a inflação: um Deputado do Nordeste, por exemplo, reservou 200 mil dólares para sua reeleição.

As estimativas são de um Ministro de Estado, futuro candidato, mostrando que não será barato eleger um constituinte. Considerado que estão habilitados a participar do pleito os 30 partidos que concorreram em novembro, e que cada um deles tem direito a apresentar, em cada Estado, um número de candidatos correspondente às vagas da Câmara dos Deputados mais um terço, chega a ser incalculável a cifra que circulará durante a campanha.

Segundo esses cálculos — que têm por base a experiência eleitoral e consultas a companheiros — o primeiro desembolso dos futuros candidatos a Deputados já começou, com as despesas de "qualificação eleitoral" nas áreas ru-

rais. A 11 meses das eleições, os políticos com atuação no interior, especialmente no Nordeste, começam a trabalhar na regularização dos eleitores, custeando despesas para tirar o título eleitoral ou mesmo o registro civil, necessário para o alistamento.

Como 20 milhões de brasileiros não têm sequer um documento básico, e com o ingresso dos alfabetos no universo eleitoral ou os candidatos começam a pagar transporte ao distrito eleitoral ou cartório, fotografias, despachante e até almoço. Segundo um levantamento, não se faz hoje um eleitor na zona rural por menos de Cr\$ 200 mil mas, em compensação, diz o Ministro, "um eleitor feito por você tem 80 por cento de possibilidades de lhe dar seu voto".

Esta fase vai até 90 dias antes das eleições, quando a Justiça Eleitoral encerra o alistamento. Também alguns meses antes do pleito começa o processo de "despesas naturais", aí incluídas as visitas aos eleitores e as festas no interior: paga-se o sanfoneiro, a cachaça e demais despesas. O candidato costuma ser convidado para patrono ou paraninfo de formaturas e paga as comemorações. A arregimentação dos cabos eleitorais também faz crescer as despesas, pois os participantes desta "operação de guerra" são pagos das mais diversas

formas, até mesmo com tijolos e material de construção.

No item das "despesas naturais" entra também o dinheiro trocado que deve ser sempre levado no bolso para atender a pedidos feitos na rua. A experiência de um assessor palaciano mostra que o "dinheirinho" para as eleições da constituinte poderá ser, no mínimo, uma nota de Cr\$ 50 mil para cada pedido. Nas eleições de 1978, costumava-se dar Cr\$ 5 e nas de 1982 Cr\$ 5 mil. Dar este auxílio, afirma, não traz a certeza de um voto, mas negar é garantir um voto para outro.

Na conta das despesas entra ainda as de transporte: tanto o Ministro quanto o assessor concordam que será necessário, no mínimo, dez carros para cada candidato, que, normalmente percorre até 500 mil quilômetros durante uma campanha eleitoral. O procedimento, nestes casos, é abrir uma conta no posto de gasolina. Os comícios também implicam em despesas, como a contratação de músicos, apresentador, fogos e, no Nordeste, a charanga, "movidada a dinheiro e à álcool". Nas eleições de 1982, por exemplo, um comício em cidade pequena chegou a custar Cr\$ 700 mil, segundo dados do Ministro.

O material de propaganda é também um item importante, usado principalmente quando a campanha começa a "esquen-

tar", nos três meses que antecedem a eleição. Cartazes, adesivos e camisetas são normalmente comprados a preços superiores ao de mercado pois as gráficas, sobrecarregadas, aumentam o preço. Para 1986, com a moda dos botões, estima o assessor que o preço de cada um poderá chegar a perto de Cr\$ 10 mil. Tudo isso sem contar as despesas de transporte e alimentação aos eleitores no dia da eleição.

Apesar da expectativa de que esta seja uma eleição cara pelo interesse de vários grupos em eleger constituintes, existem dois fatores que poderão "barateá-la". Um deles, citado pelas duas fontes, é a desvinculação dos votos, que evitará os gastos que alguns candidatos tiveram em 82 para "arrastar" em suas chapas companheiros indesejáveis, deixando-os livres para negociar outras alternativas. A outra variável que poderá, segundo o Ministro, diminuir os custos da campanha, é a posse de um mandato. Para estes, os gastos podem ser reduzidos à metade, pois ser conhecido e ter, algumas vezes, um eleitorado certo, já é meio caminho andado.

Tudo indica, também, que será mais barato fazer um constituinte pelo Nordeste do que por São Paulo, por exemplo. Isto porque, segundo o assessor, os meios de campanha são mais sofisticados

e mais caros nos grandes centros. As agências de publicidade do Sul e Sudeste são, normalmente, mais caras. Em São Paulo, por exemplo, o uso de jatinhos para transporte é mais comum. Além disso, considerando que, em face da pobreza, ele se contenta com "presentes" mais baratos.

Diante desse quadro — advertindo que grandes grupos econômicos e até multinacionais poderão eleger mais da metade da constituinte — o assessor palaciano aponta a necessidade de se regulamentar as contribuições financeiras para a campanha, o que não é feito hoje pela justiça eleitoral. A ideia seria legalizar as contribuições individuais aos partidos através dos bancos. Isto permitirá, por exemplo, que um candidato sem recursos entusiasmasse eleitores durante os horários de propaganda gratuita na televisão e recebesse contribuições dos que querem elegê-lo.

Projeto neste sentido já foi, inclusive, apresentado na legislatura passada na Câmara dos Deputados, meses antes das eleições de 1982, mas acabou saindo de pauta por falta de um acordo, apesar de ter recebido o apoio do então Presidente do PDS, José Sarney.

HELENA CHAGAS

Leilão para eleição dá Cr\$ 3 bilhões

PRESIDENTE PRUDENTE, SP — O leilão promovido ontem pela União Democrática Ruralista, visando obter fundos para promover a imagem da entidade e eleger constituintes, rendeu Cr\$ 3,2 bilhões, com mais de dois mil bois vendidos. Os animais foram doados por criadores da região Oeste do Estado, local de frequentes conflitos de terra.

Os maiores lances foram dados pela Agropecuária Jubran, de Presidente Prudente, que arrematou dez lotes de animais, pagando até Cr\$ 2,5 milhões por cabeça. O animal de cotação mais alta foi um touro nelore, adquirido pelo criador Clóvis More por Cr\$ 21 milhões.